



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002221-59.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Contratação eventual de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos. Repetição de certame fracassado (Pregão Eletrônico n. 5/2022) com alterações – Formação de Registro de Preços.

DESPACHO Nº 964 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE/RO ([0706543](#)), objetivando a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos**, via Sistema de Registro de Preços - SRP, a fim de atender as necessidades deste Tribunal, do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – TRT14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região – PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO, Procuradoria da República no Estado de Rondônia e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.

Apesar das 2 (duas) tentativas anteriores de contratação do objeto em questão restarem infrutíferas - Pregão Eletrônico n. 24/2021 (0760838) deserto e Pregão Eletrônico n. 5/2022 ([0800353](#)) fracassado -, a COMAP optou pela repetição da licitação. Para tanto, mediante a Informação n. 72/2022 ([0858543](#)), a COMAP noticiou que fora ajustado entre os representantes de todos os órgãos partícipes desta contratação, a alteração da modelagem da contratação. Assim, **ao invés de insistir no lote único para todos os serviços, deliberou fazê-la por item**, fato registrado na ata da reunião juntada no evento [0816143](#). Todavia, segundo relata, por equívoco, quando da elaboração do TR n. 6/2022 ([0842993](#)) foram reproduzidas regras que mantiveram a licitação de todos os serviços em lote único e, dessa forma, após a tramitação regular, o certame foi autorizado pela Diretoria-Geral, nos termos do Despacho n. 866/2022-GABDG ([0855908](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Na referida informação, a Coordenadora da COMAP esclarecendo ainda que, quando o processo foi recebido na SLC para a redação do edital, o Pregoeiro observou a contradição, já que o Parecer Jurídico n. 77/2022 ([0853968](#)) opinara pela contratação por itens. Constatado o equívoco e que a insistência dessa regra poderia prejudicar o desfecho pretendido para o certame, solicitou o retorno do processo para os devidos ajustes no TR e seus anexos.

Diante disso, foi juntado novo Termo de Referência n. 11/2022-COMAP ([0858530](#)), com pequenos ajustes na forma indicada pela informação da COMAP e os novos anexos do modelo de proposta ([0858534](#)) e da declaração de disponibilidade ([0858541](#)).

Submetidos à análise da Seção de Apoio às Contratações - SAC, esses documentos foram considerados em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0864119](#)).

Em decorrência das alterações promovidas no TR, também foi elaborada nova minuta do futuro contrato pela SECONT, juntada no evento [0864244](#). Em seguida, remeteu os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0864254](#)).

A Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 113/2022 ([0865172](#)), em que opinou pela apresentação do Termo de Referência nº 11/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0858530](#)) à autoridade competente para atendimento ao inciso II do art. 14 da IN TRE-RO n. 004/2008; pela viabilidade da formação de **registro de preços**, com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal n. 7.892/2013, para contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento dos serviços objeto do referido TR, pelo procedimento licitatório **na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, na forma de execução INDIRETA dos serviços, sob regime de empreitada por preço UNITÁRIO, tipo menor preço por ITEM**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993; pela **aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, registrados no item 5 do TR; destinação do **certame exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte**, com fundamento no artigo art. 48, inciso I, da LC 123/2016 e no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015; pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação. Por fim, aprovou a minuta de contrato apresentada pela SECONT (evento [0864244](#)), por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atender aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas.

Por sua vez, a SAOFC, considerando a necessidade da contratação e a conclusão da análise da assessoria jurídica, manifestou-se pela: aprovação do ETP ([0731806](#)) e do Termo de Referência ([0858530](#)); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; autorização de licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, tipo “menor preço por item”, mediante utilização do Sistema de Registro de Preços, dispensada a divulgação de Intenção de Registro de Preços, conforme justificativas apresentadas pela unidade técnica no item 5.6 do referido TR; inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, pois consulta ao mercado revelou um universo limitado de fornecedores potenciais, o que limitaria a participação e êxito do certame, acarretando prejuízos ao objeto a ser contratado, possibilidade prevista no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015; e aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme item 5 do TR (Manifestação n. 342/2022 - evento [0865580](#)).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que, embora tenha sido publicada a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.

Compulsando os autos, verifica-se que a contratação pretendida ultrapassa o limite legalmente fixado para a dispensa, devendo ser processada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, na **forma de execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço UNITÁRIO, tipo menor preço por ITEM**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993.

Dos autos se extrai a comprovada necessidade da contratação, tendo em vista a necessidade da destinação ambientalmente adequada dos resíduos perigosos em cumprimento à **Lei n. 6.938/1981**, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, e à **Lei n. 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Quanto à formação de registro de preços, observa-se que as justificativas constantes no item 7.1 do TR ([0858530](#)) **encontram-se de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acordo com a hipótese permissiva do Decreto Federal n. 7.892/2013 (incisos II e III do art. 3º) que atualmente disciplina o **art. 15, II, da Lei nº 8.666/93**, como também pelas alterações promovidas pelo **Decreto nº 8.250/2014** e **Decreto nº 9.488/2018**.

Dessa forma, verifica-se, pelas justificativas apresentadas no item 7.1 do Termo de Referência ([0858530](#)), que a formação de registro de preços é o procedimento adequado para a pretendida contratação, posto que melhor atende o interesse da Administração.

No tocante à divulgação da **Intenção de Registro de Preços – IRP**, a unidade solicitante manifestou-se, no subitem 7.2 do TR n. 11/2022-COMAP, desfavorável, porque a consulta aos demais órgãos foi realizada em momento anterior, durante o planejamento desta contratação, e os interessados já se manifestaram e integram este registro de preços na condição de órgãos participantes, no total de 06 (seis), além do TRE-RO.

Verifica-se inaplicável o regime de exclusividade na participação pois a consulta ao mercado revelou um universo limitado de fornecedores potenciais, o que limitaria a participação e êxito do certame, acarretando prejuízos ao objeto a ser contratado, possibilidade prevista no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015.

Sobre a inaplicabilidade do regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, esse ponto, embora a AJSAOFC tenha registrado outro entendimento no Parecer Jurídico n. 113/2022 ([0865172](#)), a SAOFC informou ter alinhado com a referida Unidade pela possibilidade jurídica de não se restringir o certamente somente à participação às ME/EPP's, mas também pela ampliação da competição às empresas de categoria econômica superior, visando a ampliação da competitividade, com amparo no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015.

Consta do item 5 do termo de referência ([0858530](#)) a exigência do cumprimento de critérios de sustentabilidade definidos pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, a Resolução do CONAMA n. 401/2008 e diversos outros normativos que regem a matéria.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação pretendida para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso I da Portaria TRE-RO n. 66/2018:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1 - aprovo o ETP ([0731806](#)) e o Termo de Referência n. 11/2022-COMAP ([0858530](#)), porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#), em atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento;

2 - aprovo o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva ([0842157](#)), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

3 - autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço UNITÁRIO, tipo menor preço por ITEM, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993, combinado com a [Lei nº 10.520/2002](#);

4 - autorizo a utilização do Sistema de Registro de Preços e a dispensa da divulgação da IRP, pois a consulta aos demais órgãos foi realizada em momento anterior, durante o planejamento desta contratação, e os interessados já se manifestaram e integram este registro de preços na condição de órgãos participantes;

5 - determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, pois a consulta ao mercado revelou um universo limitado de fornecedores potenciais, o que limitaria a participação e êxito do certame, acarretando prejuízos ao objeto a ser contratado, possibilidade prevista no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015;

6 - determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, com fulcro na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, a Resolução do CONAMA n. 401/2008 e diversos outros normativos que regem a matéria, conforme exposto no item 5 do TR; e

7 - autorizo a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do [art. 15 do Decreto nº 10.024/2019](#), por não se tratar de critério de julgamento pelo maior desconto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À SAOFC para a continuidade, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 01/08/2022, às 13:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0866828** e o código CRC **3B1CF270**.